

# Índios temem que divisão dificulte as demarcações

A criação dos territórios pode inviabilizar as reservas indígenas, diz Gersen Baniwa

Mariana Roggero

O coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Gersen Luciano Baniwa, disse ontem que a criação dos territórios do Alto Rio Negro e Alto Solimões poderá inviabilizar o processo de demarcação das terras indígenas.

Ele acredita que o momento econômico do País é impróprio para a execução desse projeto. Os benefícios seriam maiores, segundo ele, se os possíveis recursos destinados a esse projeto fossem empregados nos próprios municípios. "Somos favoráveis em investir no que já existe" comentou. Para ele, o desenvolvimento da região é que poderá gerar a necessidade de criar novos territórios.

Na região do Alto Rio Solimões e Rio Negro existem mais de 1.700 comunidades indígenas espalhadas nos dez municípios que comporiam os novos territórios. Essas terras, segundo o coordenador, estão em sua maioria em processo de demarcação e algumas ainda devem ser oficialmente identificadas. "O receio é que essa divisão atrapalhe mais ainda o processo de demarcação, sobretudo, nas terras que estão em via de serem demarcadas", afirmou.

Na região do Rio Negro há reservas para serem demarcadas nos municípios de Barcelos e Santa Isabel. Em São Gabriel da Cachoeira as terras estão em fase de demarcação. Parte significativa da população desses municípios é indígena.

No Alto Solimões, as terras ainda sem demarcação estão exatamente nos municípios que podem fazer parte do território. Em Tabatinga, que pode ser a capital do Alto Solimões, também existem terras em vias de demarcação. Os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins também estão na mesma situação.

O coordenador da Coiab ressaltou ainda que esses assuntos deveriam ser debatidos com a população, antes mesmo do plebiscito. "Muitas destas regiões estão abandonadas. Fazer um plebiscito sem explicar ao povo sobre o assunto não seria compreensivo", disse.



Gersen Baniwa mostra receio pela divisão

## Prefeito segue o plebiscito

O prefeito eleito de São Gabriel da Cachoeira, Amilton Gadelha (PT), disse que o plebiscito é o primeiro para que se confira a inviabilidade ou não do território do Alto Rio Negro. Disse que a decisão dos habitantes da região será a mais importante, a qual ele promete seguir. Amilton defende um amplo debate "para analisar os benefi-

cios e malefícios dessa decisão".

O prefeito eleito sustenta que deve ser levada em consideração as terras indígenas da região. "De antemão, conversamos com algumas pessoas que mostraram desejo de que o governo crie um novo território". Amilton revelou que, no momento, não tem posição formada sobre o assunto. (MR)

## Dom Alcimar faz defesa da divisão

A possibilidade de transformar o Alto Solimões em território federal, com capital em Tabatinga encontra forte aliado no bispo do Alto Solimões, Dom Alcimar Caldas Magalhães. "É a única maneira de fixar o homem interiorano na região e salvar a população do beiradão que está ficando cada vez mais esvaziado", argumenta o bispo. O projeto do governo que prevê a divisão territorial e política do Amazonas, também estuda a criação do Território do Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira.

A criação dos dois novos territórios vem sendo examinada pelo governo desde o final do ano passado, mas a sua implantação ainda esbarra na falta de recursos e volta à discussão com a reativação do Projeto Calha Norte, que na opinião de Dom Alcimar não é esse "bicho de sete cabeças" que se comenta por aí, à medida em que incorporar o aspecto social e participativo, aberto às populações dessas regiões. "É uma maneira de tomar conta do que é nosso", resalta.

Na avaliação de Dom Alcimar a divisão territorial e política da região não deve ficar apenas na vigilância das áreas de fronteira pelos militares. Ele defende que o projeto se volte para os aspectos culturais das populações, tanto do Alto Rio Negro quanto do Solimões, dando autonomia aos dois territórios e perspectivas de desenvolvimento econômico e cultural, abrindo inclusive espaço político para o surgimento de lideranças locais.

Atuando há vários anos na Diocese do Solimões, na região de fronteira com a Colômbia e Peru -conhecida pelos problemas com o narcotráfico, guerrilha colombiana e contrabando de madeira -, Dom Alcimar afirma que com a criação do Território do Alto Solimões, as populações ficarão mais protegidas contra o narcotráfico. "Essa atividade se limitará apenas ao mafioso", aposta, com a ressalva de que o projeto deve oferecer perspectivas de vida, porque a população é empurrada para as atividades ilegais por falta de alternativas.

Dom Alcimar citou também a extração de ouro na região como outro problema sério. Segundo ele, no garimpo de Jandiatuba, entre os municípios de Amaturá e São Paulo de Olivença, existem cerca de 2.000 mil homens explorando a área, utilizando mercúrio. Nos últimos meses houve 10 mortes. Segundo ele, a Polícia Federal não tem pessoal suficiente para fiscalizar a região.

**Legalização** - Para Dom Alcimar a saída seria legalizar atividades como a madeira, que é um dos principais recursos econômicos da região. "É conveniente ao Brasil exportar essa madeira. Se essa atividade é executada às escondidas, o jeito é legalizar e dar à população alternativa de sobrevivência", afirma.

**Plebiscito** - Totalmente favorável à criação do território do Alto Solimões, Dom Alcimar defende como primeira medida a conscientização das populações dos municípios que deverão formar o território. "As pessoas de vem ser informadas para serem donas dessa decisão", diz ele, ressaltando que o passo seguinte seria realizar um plebiscito para ouvir a opinião dos habitantes da região. "A decisão não pode vir em forma de decreto, de cima para baixo. A população tem que ser consultada", conclui. (GA)

Documentação  
A crítica  
15/10/1996 Ps. cont.  
80

# POLÍTICA

Manaus, terça-feira, 15 de outubro de 1996

## Câmara apressa projetos de territórios

Os custos para a realização de consultas aos habitantes dos prováveis territórios dos rios Negro e Solimões têm parecer favorável

**Sérgio Bátholo**  
Subsursal de Brasília

BRASÍLIA — O deputado federal Augusto Viveiros (PFL/RN) deu parecer favorável, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, aos custos de plebiscito com habitantes das regiões que seriam desmembradas do Amazonas. Eles dirão sim ou não à criação dos territórios federais do Rio Negro e do Alto Solimões.

A informação é do deputado Euler Ribeiro (PFL), autor de dois projetos de Decreto Legislativo que autorizam o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a realizar as consultas. O deputado confirmou que o governador Amazonino Mendes foi contatado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Re-

pública (SAE) e disse aprovava o processo visando a criação dos dois territórios através da redivisão do Amazonas.

Os projetos de Euler Ribeiro tramitam na Câmara desde 1993 e foram reforçados com o Calha Norte, projeto que prevê a ocupação militar da fronteira Norte do País com o sul da Colômbia, Peru, Venezuela e Guiana. A CRÍTICA ajudou em 22 de agosto, que a SAE recomendou ao Governo Federal que apóie a realização de plebiscito. Na época, Euler Ribeiro disse que a recomendação da SAE poderia fazer andar mais rápido os projetos.

A Constituição Federal determina que, para a criação de novas unidades federativas, a população a ser atingida seja ouvida em plebiscito. Se os eleitores disserem sim, a As-

sembléia Legislativa do Amazonas terá um prazo de três meses para se manifestar oficialmente e proclamar ou não o resultado, comunicando o fato ao Congresso Nacional.

Pelo projeto de Euler Ribeiro, o território do Rio Negro seria formado pelos municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel do Rio Negro. O território do Alto Solimões seria formado pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Tabatinga e Tonantins. A excessão de São Gabriel da Cachoeira, Atalaia do Norte e Santo Antônio do Itá — de acordo com os resultados já divulgados oficialmente pelo TRE —, os outros municípios terão prefeitos eleitos pelo PPB, PTB e PFL, todos ligados ao governador Amazonino Mendes.

### Militares apontam narcotráfico

**Wilson Nogueira**

A criação dos territórios do Alto Solimões e Alto Rio Negro daria aos militares mobilidade para combater o narcotráfico, garimpagem ilegal, contrabando de ouro e eventuais incursões de guerrilheiros na fronteira com o Peru e Colômbia. No começo do mês passado, por exemplo, o CMA mobilizou cerca de 2 mil homens na fronteira com a Colômbia diante da ameaça de saques, por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), à cidade de Tabatinga.

O Exército colombiano tem informações de que remanescentes do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso, de orientação maoísta, transitam entre o Peru e Colômbia por território brasileiro sem proteção militar. Em fevereiro de 1991, guerrilheiros da Farc atacaram um destacamento do Exército brasileiro no rio Traíra, região de Bitenport, e mataram quatro soldados.

Militares brasileiros e colombianos se dizem convictos de que os guerrilheiros são financiados pelo tráfico de drogas desde a queda do socialismo no Leste europeu e esmagamento do Sendero Luminoso pelo governo de Alberto Fujimori. Esse

casamento deve-se, na avaliação dos militares dos dois países, à repressão ao tráfico de drogas na Colômbia, a partir de 80, por pressão dos Estados Unidos. Os narcotraficantes migraram para o sul da Colômbia e se aliaram aos guerrilheiros, que já controlavam minas de ouro.

Os militares brasileiros têm pressa na aprovação do projeto também pela possibilidade de assegurar projetos como os polêmicos Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e poder interferir em assuntos delicados que, atualmente, dizem mais aos civis. Exemplos: demarcações de terras indígenas e exploração de minérios.

### Senadores são pegos de surpresa

**Isabela Abdala**  
Agência Jornal do Brasil

BRASÍLIA — A notícia de que o governo federal discute a possibilidade de dividir o Estado do Amazonas, criando dois novos territórios federais (Rio Negro e Alto Solimões) - para reativar o projeto Calha Norte - pegou senadores do Norte do país de surpresa. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamenta que o governo discuta o assunto a portas fechadas, sem ouvir a opinião dos parlamentares da região, enquanto o senador Romero Jucá (PFL-RR) questiona o fato desses dois projetos de territórios passarem por terras indígenas. Bernardo Cabral disse que na Constituinte, da qual foi relator, a maior parte dos parlamentares foi contra a criação de novos territórios. Cabral observou que ainda não tem uma posição definida sobre a questão, mas considera fundamental que o governo abra um diálogo com os parlamentares da região, antes de tomar qualquer decisão. O senador lembrou que há na Câmara um projeto de deputado Euler Ribeiro (PFL), do seu partido, que propõe a criação do Território do Solimões.

Bernardo Cabral criticou a escassez de recursos para o projeto Calha Norte, cujo objetivo é proteger as fronteiras do país na Amazônia. "O Calha Norte foi criado em 1986, três anos depois os investimentos eram de R\$ 50 milhões anuais e hoje o projeto recebe apenas R\$ 7 milhões", disse o senador.

A senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou que é fundamental a presença do governo Federal na Amazônia, já que os "governos locais não dão conta dos problemas". A senadora diz, no entanto, que ficou surpresa com a forma como a questão da divisão do Amazonas vem sendo conduzida e prometeu fazer um requerimento solicitando explicações do secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardemberg, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O senador Jefferson Péres (PSDB) disse que é favorável à criação de até mais de dois territórios a partir de desmembramento de áreas do Amazonas. Ele sugeriu até os territórios do Jurua, do Purus e do Madeira, nas calhas dos rios de mesmo nome, no Estado. "O Amazonas seria formado pelas regiões dos baixos rios Negro e Amazonas", sugeriu.

Jefferson Péres acredita que há muita dificuldade de acesso e de falta de recursos para que o Estado do Amazonas se faça presente em regiões tão distantes e tão pobres como estas em que se discute o desmembramento. O senador acha muito difícil que, em consequência do desequilíbrio das contas do Governo federal, os recursos para a instalação de novas unidades federativas sejam liberados. "Eu não acredito que a maioria governista do Congresso aprove, porque o impacto nas contas da União seria muito grande", disse.

Se for ultrapassada a dificuldade dos recursos para a instalação das máquinas administrativas e de toda a infra-estrutura para a instalação de territórios federais, o senador acredita que, embora a criação de novas unidades não traga benefícios imediatos, a decisão pode ser, a médio e longo prazos, a redenção econômica e social dessas áreas.

Mais sobre o assunto a página A8

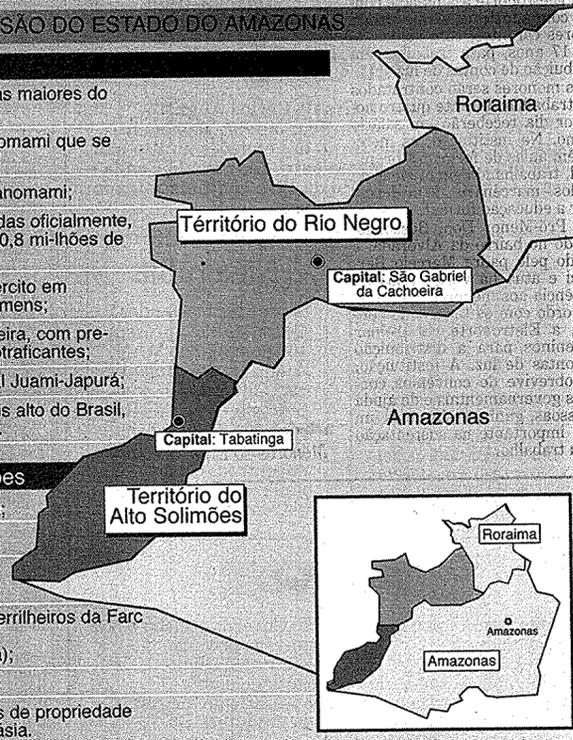
### PROPOSTA DE REDIVISÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

#### Território do Rio Negro

1. Reserva de nióbio, uma das maiores do mundo e radar do Sivam;
2. Parte da terra indígena lanomami que se estende até Roraima;
3. Garimpos dentro da área lanomami;
4. Cinco áreas indígenas criadas oficialmente, mas sem demarcação, com 10,8 milhões de hectares;
5. Pelotão de fronteira do Exército em Iauaretê, com cerca de 60 homens;
6. Terra indígena Pari-Cachoeira, com presença de garimpeiros e narcotraficantes;
7. Reserva ecológica nacional Juami-Japurá;
8. Pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil, com 3.014 metros de altitude.

#### Território do Alto Solimões

1. Extração ilegal de madeira;
2. Terra indígena Avaré;
3. Garimpos dentro da terra indígena Avaré;
4. Área com presença de guerrilheiros da Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia);
5. Terra indígena Javari;
6. Área com 300 mil hectares de propriedade da madeireira WTK, da Malásia.



Arte: MYRRIA



Amazonino Mendes vislumbra impulso econômico

### Amazonino diz que é favorável

**Georgina Andrade**

O governador Amazonino Mendes disse ontem que a princípio é favorável ao desmembramento do Estado em dois novos Territórios Federais do Alto Solimões e Alto Rio Negro, porque a divisão vai permitir o impulso econômico dessas regiões. Na sua avaliação, esses territórios terão estrutura própria e assistência mais direta da União.

Em conversa há dois meses com o ministro de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sandemberg, o governador discutiu o projeto

de divisão territorial do Amazonas, mas frisou que precisa conhecer os detalhes do desmembramento.

"Espero que o assunto evolua, porque até agora eu não conheço os detalhes dos documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos", disse Amazonino, destacando que concorda com a divisão e não quer ser acusado mais tarde de ter impedido o desenvolvimento dessas regiões. Para o secretário de Comunicação Social, Ronaldo Tiradentes, as populações dos municípios que farão parte desses territórios devem ser ouvidas através de plebiscito.

### General prega a tranquilidade

**Terezinha Torres**

O ex-chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), general da reserva Thaumaturgo Sotero Vaz, disse que a criação dos territórios federais do Alto Solimões e Alto Rio Negro levará mais tranquilidade à fronteira do Brasil com a Colômbia, o Peru e a Venezuela. Mas ele adverte que os futuros territórios precisarão de condições estruturais para que possam se desenvolver com autonomia. "Há muito tempo que o Amazonas está precisando de uma atenção maior. Criar os territórios significaria levar infra-estrutura administrativa sob a tutela do governo federal para essas regiões. Mas a arrecadação de um território é mínima e é preciso entender que uma estrutura municipal viraria estrutura territorial".

Thaumaturgo Vaz é conhecido nos meios militares e governamentais como estrategista da política militar na Amazônia. Como civil, foi secretário para assuntos estratégicos no terceiro governo de Gilberto Mestrinho (1991 a 1995). Os territórios permitiriam, segundo ele, melhor atuação das forças federais no combate ao narcotráfico e à guerrilha. "Sem caracterizar intervenção

no Estado, as Forças Armadas e a Polícia Federal poderiam atuar com mais eficácia contra esses males da fronteira amazônica".

Taumaturgo sugere cuidado para que a redivisão territorial do Amazonas não se resuma em uma disputa entre políticos interessados apenas em se locupletar dessas medidas saneadoras.

Sobre a possibilidade de os futuros territórios virem a fortalecer o Calha Norte - projeto de ocupação e vigilância das áreas de fronteira com a Colômbia, Venezuela e Peru - o general foi incisivo: "O Calha Norte é um programa multiministerial que independe da criação dos territórios. É apenas uma questão de decisão do governo investir no fortalecimento do programa".

O superintendente interino da Polícia Federal, Cláudio Rosas, não quis comentar sobre as consequências da criação dos dois territórios nas estratégias de combate ao narcotráfico nas fronteiras amazônicas. Ele disse que desconhece detalhes da proposta de redivisão do Estado e que somente o superintendente Mauro Spósito poderia falar sobre o assunto. O comandante militar da Amazônia, general Germano Pedrozo, também preferiu não emitir opinião, segundo a assessoria de Comunicação do CMA.